



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO- CE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - DEC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO DO
CAMPO

TAIZA SANTOS DE OLIVEIRA

RELAÇÃO FAMÍLIA, ESCOLA E COMUNIDADE NO CONTEXTO DO CAMPO
Reflexões a partir do olhar dos docentes

João Pessoa/PB
2019

TAIZA SANTOS DE OLIVEIRA

RELAÇÃO FAMÍLIA, ESCOLA E COMUNIDADE NO CONTEXTO DO CAMPO
Reflexões a partir do olhar dos docentes

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como
requisito obrigatório para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a D^a Ana Célia Silva Menezes

João Pessoa/PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48r Oliveira, Taiza Santos de.

Relação Família, Escola e Comunidade no contexto do campo reflexões a partir do olhar dos docentes / Taiza Santos de Oliveira. - João Pessoa, 2019.

41 f.

Orientação: Prof^a Dra Ana Célia Silva Menezes Menezes.
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Campo. Escola. Família. I. Menezes, Prof^a Dra Ana Célia Silva Menezes. II. Título.

UFPB/BC

TAIZA SANTOS DE OLIVEIRA

RELAÇÃO FAMILIA, ESCOLA E COMUNIDADE NO CONTEXTO DO CAMPO

Reflexões a partir do olhar dos docentes

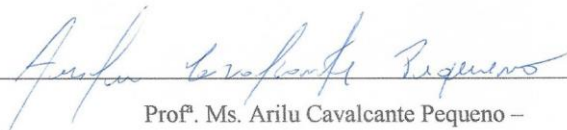
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Pedagogia do Campo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Data de aprovação: 17/05/2019


BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Ana Célia Silva Menezes
DHP/CE/UFPB - Orientadora



Prof.^a Ms. Arilu Cavalcante Pequeno –
EEBAS/CE/UFPB- Examinadora



Prof.^a Dra. Jeane Félix da Silva
DHP/CE/UFPB - Examinadora

João Pessoa-PB
Maio- 2019

TAIZA SANTOS DE OLIVEIRA

Dedico esse trabalho a minha Mãe, meu Pai, minha Irmã e meu Noivo por todo o incentivo que me deram durante estes anos no curso de pedagogia.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me levar a desejar os sonhos que Ele tem para mim, por ter sido o meu sustento nos desafios diários e me proporcionar vitórias muito maiores das que eu seria capaz de almejar.

Aos meus pais, por todo incentivo, por me ajudar a chegar até aqui, por todas as vezes que renunciaram o seu conforto para me proporcionar o melhor em minha educação e por nunca terem me deixado desistir da caminhada. A minha irmã, meu Noivo, minha Prima Aline e minha amiga Clara por me ajudar não apenas nesse período, mas, por toda minha vida, sem vocês não seria possível.

A essa instituição de ensino, por todo aprendizado que levarei para a vida, sobretudo, a minha orientadora Ana Célia Silva Menezes, por todo empenho dedicado na elaboração deste trabalho.

A todos vocês, meu muito obrigado, por serem manifestação do amor de Deus em minha vida! A vitória é nossa!

Eu cuido das coisas de Deus, e ele cuida do resto!

(Santa Gianna Beretta Molla)

RESUMO

Este trabalho visa analisar as relações entre família, comunidade e escola presentes na educação do campo, sabendo da plena importância desse tipo de relacionamento e bom convívio como ponto chave para o bom desenvolvimento do educando. Com o objetivo de discutir a importância da família e da comunidade como espaços educativos; problematizar a inserção das famílias e comunidade na escola. O aporte teórico resulta das contribuições de Freire (2006), Batista (2011), Molina (2004), Calcart (2002), que contribuem com a Educação do Campo, Rodrigues e Bonfim (2017) cooperam com a caracterização da Escola e Freitas (2011), Parolin (2008) Zagury (2002) contribuem com a discussão sobre a Família. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo de caráter qualitativo, desenvolvida em duas escolas de ensino fundamental do município de Sapé-PB na zona rural; os seus sujeitos são professoras da educação básica, que lecionam para crianças dos anos iniciais do Ensino fundamental. Como resultados, destacamos que há uma relação entre a escola, a família e a comunidade mediatizada por atividades como reuniões, seminários e eventos em datas comemorativas. Contudo, não registramos nenhuma iniciativa mais inovadora ou contextualizada ao campo desenvolvida pela escola e professores que fortaleçam esses laços. 67% das entrevistadas acreditam que a relação entre a escola e os familiares dos educandos é positiva e dariam 9,0 e 10,0 para essa relação. Percebe-se também, que as professoras entrevistadas, compreendem que a ausência dos pais e da comunidade ainda é grande, mesmo com a busca de sua inserção nos projetos e eventos escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Campo. Escola. Família.

ABSTRACT

This work aims to analyze the relationships between family, community and school presented in the rural education plan, knowing the full importance of this type of relationship and maintaining a good coexistence as a key point for a good development of the learner with the aim of discussing the importance of family and community inserted in the educational spaces; The theoretical support results from the contributions of Freire (2006), Batista (2011), Molina (2004), Calcart (2002), who contributed to rural education, Rodrigues and Bonfim (2017), who cooperate with the characterization of the School and Freitas (2011), Parolin (2008) Zagury (2002) who contribute to the discussion about the Family. The methodology used in this work was the field research with qualitative character, developed in two Middle Schools in the rural area of Sapé-PB; the components of the schools are teachers of basic education who teach children from their earliest years of Primary Education. As results, we highlighted that there is a relationship between school, family and community mediated by activities such as meetings, seminars and events on commemorative dates. However, we do not register any innovative or contextualized initiative in the space developed by the school and teachers that aims to strengthen these ties. 67% of the teachers interviewed believe that the relationship between the school and the families of the students is positive and would give 9.0 and 10.0 to this category. According to the teachers interviewed it is understood that the absence of parents and community is still high, even with the search for their insertion in school projects and events.

KEYWORDS: Rural. School. Family.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

MEC – Ministério da Educação e Cultura

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.....	Erro! Indicador não definido.2
GRÁFICO 2.....	3Erro! Indicador não definido.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO RURAL	188
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	122
2 EDUCAÇÃO ESCOLAR DO E NO CAMPO	Erro! Indicador não definido. 5
2.1 Elementos conceituais e históricos da Educação do Campo	Erro! Indicador não definido. 6
2.2 Escola do Campo, uma concepção popular	Erro! Indicador não definido. 1
3 A FAMÍLIA E A COMUNIDADE COMO ESPAÇOS EDUCATIVOS	Erro! Indicador não definido. 4
3.1 A família	Erro! Indicador não definido. 6
3.2 O campo como lugar de aprendizagem	Erro! Indicador não definido. 7
4 A PESQUISA	29
4.1 Processos pedagógicos que favorecem a participação das famílias e da comunidade na Escola do Campo	29
4.2 Processos no âmbito da Gestão que favorecem a participação das Famílias e da Comunidade na Escola do Campo	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	388
APÊNDICE	40

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo: A relação entre escola, família e comunidade, no contexto do campo. É consenso que a participação da família e da comunidade na escola é importante para o bom desempenho dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, já que a educação não é somente atribuição dos membros da escola, mas também, dos pais e da comunidade.

Por conta disso, é necessário discutir tal problema por meio de alguns questionamentos que levem os docentes inseridos nessa realidade a refletir sobre a compreensão da própria realidade no seu contexto social.

Cada vez mais, o espaço da escola tem assumido sozinho o papel de educar, e isso tem sido palco de várias discussões, de modo que polêmicas não ficam à parte, quando se trata das questões que envolvem a responsabilidade dos pais dentro das escolas do campo.

Se por um lado, a escola tem buscado (ou tentado) realizar o papel de cuidar das crianças de forma correta, com responsabilidade e dentro das normas legais; por outro, existe a falta de compromisso dos pais no tratar de questões que estão relacionadas à educação dos próprios filhos.

Devido a isso, o processo pedagógico torna-se estático e sem possibilidade de se reerguer, pois compreendemos a necessidade de comparar a escola com uma orquestra sinfônica, onde todos precisam trabalhar em conjunto na mesma harmonia.

O que temos observado, de um modo geral, é que a ausência de projetos que envolvam a família na escola tem trazido muitos problemas e vem surtindo efeitos negativos como: dificuldades na aprendizagem, indisciplina, dentre outros.

Outro ponto a ser pensado é a convivência das crianças no ambiente familiar. Algumas famílias não se constituem em espaços de afeto, cuidado e proteção necessárias para que o educando desenvolva uma formação integral.

Esta realidade escolar que se constitui no nosso contexto de trabalho profissional nos inquieta e aponta algumas questões:

- Como encurtar esta distância entre as famílias e a escola?
- O que fazer quando as escolas não proporcionam meios para atrair os pais nos projetos?
- Como levar as famílias e comunidade a expandirem suas reflexões e atitudes no ambiente escolar?

- O que fazer diante de fatos que colocam em risco a aprendizagem das crianças frente à ausência dos pais na escola?

Frente a esta problematização, consideramos importante trazer a relação escola-família-comunidade como objeto dessa pesquisa, a partir da seguinte indagação: **Quais os processos pedagógicos, e no âmbito da gestão, favorecem o fortalecimento e a participação das famílias e da comunidade na Escola do Campo?**

Esta indagação é o objetivo geral do nosso trabalho, de modo que observaremos na ótica da aprendizagem dos estudantes. Como objetivos específicos, destacamos: refletir sobre a especificidade da Educação e da escola no contexto do campo; discutir a importância da família e da comunidade como espaços educativos; problematizar a inserção das famílias e comunidade na escola.

A participação da família na escola é um constante desafio para a organização escolar. É nítida e marcante a ausência dos pais na escola, onde muitos questionamentos são levantados sobre esta questão.

É consenso entre autores da área o papel importante dos pais no processo de desenvolvimento da autonomia das crianças. Quando não há esse entendimento e investimento dos pais, resultam-se sérios danos na formação da criança e este reflexo negativo será inserido no âmbito escolar. Neste trabalho, queremos, inclusive, problematizar a cultura familiar camponesa e como tal(s) família(s) do campo compreende(m), culturalmente, o seu papel na formação integral dos filhos.

Nesse sentido, vale ressaltar o valor da coletividade e solidariedade tão presentes na cultura camponesa e que, a nosso ver, é fundamental na formação desses sujeitos. Contudo, é necessário indagar até que ponto a escola faz uso pedagógico desses aspectos culturais, valorizando e dando visibilidade a eles?

Destacar a importância da presença da família na escola parece não estar sendo o bastante. Cabe às instituições de educação planejar como ela (a escola) pode se aproximar da família e da comunidade.

Esperamos que, numa perspectiva pedagógica, os resultados dessa investigação possam contribuir na reflexão sobre ensino-aprendizagem das crianças no contexto do campo visando à maior interação entre escola-família e comunidade.

Cada vez mais, a presença da família na escola se dá apenas quando envolve uma questão de indisciplina, relegando o interesse pela aprendizagem da criança. Se ela erra, cobram; se acerta, passa despercebido; e isso é muito preocupante, pois incute na criança a sensação de descuido.

O aporte teórico desse trabalho monográfico resulta das contribuições de Freire (2006), Batista (2011), Molina (2004), Calcart (2002), que contribuem com a Educação do Campo; Rodrigues e Bonfim (2017) cooperam com a caracterização da Escola e Freitas (2011), Parolin (2008) Zagury (2002) contribuem com a discussão sobre a Família.

Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de campo, como cita Santos (2004, p.12), “a pesquisa de campo é aquela que recolhe dados *in natura*, como percebidos pelo pesquisador. Normalmente, a pesquisa de campo se faz por observação direta, levantamento ou estudo de caso. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, utiliza a entrevista como técnica e a análise de conteúdo para reflexão dos dados.

Em pesquisas de abordagem qualitativa todos os fatos e fenômenos são significativos e relevantes, e são trabalhados através das principais técnicas: entrevistas, observações, análise de conteúdo, estudo de caso e estudos etnográficos. (MARTINELLI, 1999, p.24)

Numa pesquisa qualitativa, as respostas não são objetivas e o propósito não é quantificar resultados, mas sim, conseguir compreender o comportamento de determinado grupo-alvo. A escolha da pesquisa qualitativa como metodologia de investigação é feita quando o objetivo do estudo é entender o porquê de certas coisas.

O campo da pesquisa em foco são duas escolas de Ensino Fundamental do Município de Sapé-PB na zona rural; os sujeitos são professores da educação básica, que contribuem com esta pesquisa sobre o tema abordado. Devido à impossibilidade de entrevistar todos os professores das duas escolas, foram feitas 06 entrevistas com professores que lecionam para crianças do fundamental I da rede de ensino. As entrevistas foram feitas *in loco*, buscando assim, enxergar com mais clareza a percepção dos professores sobre o tema referido.

O presente texto foi organizado em quatro (04) capítulos, seguidos das considerações finais. O primeiro capítulo traz a introdução do trabalho, que contém a caracterização da pesquisa, os instrumentos, os sujeitos e os procedimentos metodológicos. O segundo capítulo fala sobre a Educação Escolar do e no Campo, os elementos conceituais e históricos da Educação do Campo e a Escola do Campo, numa concepção Popular. O terceiro capítulo aborda a relação da Família e da Comunidade como espaços Educativos; a Família Contemporânea e o campo como lugar de aprendizagem. Por fim, apresentamos a pesquisa, a coleta dos dados e a análise.

2. EDUCAÇÃO ESCOLAR DO E NO CAMPO

Neste capítulo, trataremos da concepção de Educação do Campo e de Escola do campo, ressaltando alguns marcos históricos e o caráter popular desse processo, uma vez que a escola do campo emerge da vida e da luta dos povos camponeses. Trata-se de uma forma de conceber e fazer a escola e não apenas de construção física num lugar geográfico.

A Educação, desde 1998, passa a ser um direito de todos como afirma Rodrigues e Bonfim (2017, p. 1373): “A partir da Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser direito fundamental garantido a todo e qualquer indivíduo, independentemente em que local esse indivíduo reside e vive”. Por isso, a educação deve ser oferecida à população do campo, assim como é oferecida na cidade. Depois da Constituição Federal, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB (9394/96) que delineou melhor as garantias das populações que residem no campo.

Mesmo a educação sendo um direito de todos, como estamos assegurados no Artigo 2º da LDB.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2017. p.8)

A Educação escolar para os povos do campo foi uma conquista bastante tardia. No processo de formação e organização da sociedade brasileira, a educação foi sempre colocada como um privilégio para a classe (elite) dirigente. Primeiro, era exclusiva para os senhores de escravos, seus filhos e para os religiosos. Posteriormente, a partir da década de 1930, esse privilégio foi estendido para a burguesia urbana que o reivindicara como *status quo*. Enquanto isso, para as classes populares, e, principalmente, para a população do campo, restava apenas o ensino das primeiras letras, ou o ensino primário, quando recebiam alguma instrução.

Assim, ao mesmo tempo em que os povos do campo lutavam pelo direito à Educação, através de movimentos e organização social, também desenvolviam práticas e experiências pedagógicas que são a base do que atualmente chamamos de Educação do e no Campo.

O educador do campo coloca os educandos frente a situações concretas que possam ajudá-los a compreender o mundo que os cerca. No entanto, caso o ensino não esteja em sintonia com o conhecimento de mundo do educando, isso resultará na acumulação semelhante a uma aplicação bancária que não promove as mudanças esperadas por quem o recebe. Portanto, os

educadores do campo e populares precisam ter propostas claras sobre o que vai ensinar, a fim de possibilitar uma aprendizagem significativa, afinal, “só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido” (FREIRE, 2006, p. 69).

2.1 Elementos conceituais e históricos da Educação do Campo

A Educação do campo surge através das lutas dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por uma educação de qualidade e digna para aqueles que vivem no campo.

A Educação do Campo nasce da luta constante da sociedade brasileira em defesa da educação apropriada e contextualizada com a realidade do campo, por isso mesmo, é que a escola precisa ser construção coletiva, algo que vem sendo provocado ao longo da nossa história recente (BATISTA, 2011, p. 277).

A constante luta em busca de melhorias para a Educação do Campo existe em combate a uma grande desigualdade educacional para a população inserida nesse contexto.

Tal quadro de desigualdades motivou ações conjuntas e organizadas de diversos setores e movimentos que defendem os direitos dos povos do campo a uma educação de qualidade e que contemple a diversidade que os caracterizam, seus modos de vida e de produção, as culturas que lhe são peculiares. (BATISTA, 2011, p.11)

A partir destas desigualdades históricas, inicia-se uma grande luta para a oferta da Educação do Campo através de diferentes movimentos. Menezes (2012) afirma que a Educação do Campo vem se constituindo como um paradigma de educação.

A Educação do Campo, emerge de um “movimento em rede”. Tecida a partir da mobilização e prática de vários movimentos e organizações que historicamente atuam no campo, tem se afirmado enquanto **Movimento Político-Pedagógico e Epistemológico**, a partir da mobilização, proposição e luta dos movimentos sociais do campo por uma política educacional que garanta o direito dos povos do campo a escolas públicas de Educação Básica no Campo. (MENEZES 2017, p.122. Grifos nossos)

A Educação do campo é, antes de tudo, um direito de todas as pessoas que moram no campo, mas ainda para muitos que residem nestas localidades ainda é um direito distante de ser efetivado, pois algumas destas pessoas, para poderem estudar, têm que sair do local de onde residem em busca de uma educação de qualidade.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as escolas do campo têm que fazer adaptações necessárias para aquelas pessoas que residem no campo como consta no Artigo 28 e incisos I a III:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 2017, p.21)

Este artigo citado acima foi uma das grandes conquistas da Educação do campo na LDB (9394/96). Foi um grande marco para Educação do Campo, pois nele fica claro e assegurado que se podem fazer as adaptações necessárias para atender aos sujeitos do campo.

Através desta conquista, ocorreu por todo país um processo de mobilização social para buscar melhorias para Educação do Campo. Neste sentido, Batista (2011, p.37) destaca que “foram aprovadas as Diretrizes operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo – Resolução 01/2002, que garantem o reconhecimento da especificidade do campo e da necessidade de políticas específicas”. O Ministério da Educação (MEC) promoveu políticas públicas para Educação do campo, através da efetivação de programas, como, por exemplo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA¹) o seu desígnio é expandir os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados; o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO²), este surgiu da necessidade de expandir e promover a Educação Básica destinada às áreas rurais.

¹ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Tem como público alvo **jovens e adultos dos projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo Incra, quilombolas e trabalhadores acampados cadastrados na autarquia, e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC)**. No caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas modalidades de alfabetização e escolaridade/ensino fundamental também podem participar todos os **trabalhadores rurais acampados e cadastrados pelo Incra**. Para atender à demanda da EJA nos acampamentos, os projetos incluem a formação e a capacitação dos educadores.

² O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) é uma iniciativa do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em cumprimento às suas atribuições de responder pela formulação de políticas públicas de combate às desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais e valorização da diversidade nas políticas educacionais. O objetivo do programa é apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. O Procampo tem a missão de promover a formação superior dos professores em exercício na rede pública das escolas do campo e de educadores que atuam em experiências alternativas em educação do campo, por meio da estratégia de

Todas as conquistas sociais e educacionais vivenciadas pela população do campo têm influência direta da luta que Movimentos Sociais empreenderam quer no próprio campo, quer enfrentando o Estado por meio de seus órgãos e agências, ora em Brasília ora em outras cidades, onde a disputa por melhor posição se mostra favorável. (SILVA, 2011, p.8)

Sendo assim, todas as leis que foram aprovadas são fruto desta luta por uma educação igualitária que sendo um direito de todos, é dever do estado oferecer.

Segundo Rodrigues e Bonfim (2017), o Decreto 7352/2010 define da seguinte maneira a população e a escola do campo:

Populações do campo: agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (RODRIGUES; BONFIM, 2017 p.1375).

Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (BRASIL, 2010 *apud* RODRIGUES; BONFIM, 2017 p.1375).

Sendo assim, faz-se necessário uma educação que respeite e valorize a cultura desta população; pois a população do campo é vítima de preconceito pela população da cidade, vista como pessoas sem cultura, sem educação e como indivíduos que só servem para trabalhar no campo, para dar vida à cidade.

Do ponto de vista conceitual, é necessário distinguir e diferenciar ao que se chama de Educação Rural X Educação do Campo. Com base em Alencar (2010), apresentamos a seguinte síntese:

Tabela 1. EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO RURAL

EDUCAÇÃO DO CAMPO	EDUCAÇÃO RURAL
Educação como direito subjetivo.	Educação como adaptação, assistência e controle.
Lugar de desenvolvimento que fomenta a permanência no campo, valoriza o trabalho, saberes e cultura.	Lugar do atraso onde fomenta a migração, abandono do campo.
Diálogo campo-cidade.	Confronto cidade-campo.

formação por áreas de conhecimento, de modo a expandir a oferta de educação básica de qualidade nas áreas rurais, sem que seja necessária a nucleação extracampo.

Educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos.	Educação escolar como processo de adaptação e adequação aos conhecimentos urbanos.
Educação para valorização da identidade camponesa.	Educação para forjar a identidade humana.
Educação que retrata a diversidade sociocultural do campo.	Educação que busca a homogeneidade nacional a partir do urbano.
Valorização dos diferentes saberes (formais, não formais e informais) no processo educativo.	Valorização dos saberes formais (conhecimentos científicos, instrumentais) no processo educativo.
Educação do questionamento, da pergunta, da reflexão, da realidade. É uma educação da relação: reflexiva, consequente, transcendente e temporal.	Educação do transmitir, do (re)passar conhecimento. É uma educação contato: reflexo, inconsequente, e intemporal.
Política pública de efetivação dos direitos.	Política pública compensatória.
Currículo em movimento – currículo práxis que trabalha identidade, história, memória, cultura e relações sociais presentes no campo.	Currículo essencialmente urbano, que trabalha a adaptabilidade, deslocado das necessidades da realidade do campo.
Educação no e do campo.	Educação para o campo.

A educação rural não se preocupa com os costumes e identidade das pessoas que moram no campo, esse tipo de educação predominou até o século XX, sendo uma educação que não era voltada para a realidade das pessoas do campo, pretendendo formar apenas profissionais para o mercado de trabalho, o material utilizado era da zona urbana. Ressaltando que antes dos movimentos sociais, por volta de 1950, não havia investimentos destinados à educação do campo, que nessa época, tinham caracterização rural, pois se definia pela sua localidade geográfica e não por sua identidade como ressalta Rodrigues e Bonfim (2017 *apud* ROSA; CAETANO, 2008, p.28-29), “não havia uma preocupação com o homem do campo e seu desenvolvimento, e sim, a escola rural era identificada e evidenciada pela sua localidade geográfica e não pelas pessoas que lá viviam”.

A Educação do Campo se contrapõe à educação rural que vinha sendo oferecida ao povo do campo. Como destaca Silva (2011)

O paradigma Educação do Campo resulta nas organizações das comunidades do campo, com o intuito de contrapor a nomenclatura anterior e o que ela representa, rural, que designa o campo como fornecedor de matéria prima para a cidade. Não se trata apenas da terminologia, mas sim de luta pelo campo como um lugar digno para a vivência, bem como respeito à cultura camponesa e a escolarização que os mesmos almejam. (SILVA, 2011 p.13)

Assim, valorizando a todos que vivem no campo e também para despertar os interesses de valorização das pessoas que moram no campo, que, muitas vezes, deixam suas raízes para vivenciar outras.

As pessoas do campo não querem apenas uma educação voltada para a realidade deles, eles desejam que seja reconhecido o seu papel em toda a sociedade, que eles tenham uma boa qualidade de vida e, também, que os educadores sejam pessoas que já reconheça a realidade deles para desenvolver um bom trabalho.

[...] enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas. (FERNANDES; MOLINA, 2004 *apud* ALENCAR 2010, p.214)

O termo “campo” passou a ser utilizado depois da I Conferência para Educação do Campo em 1998, deixando de ser utilizado o termo rural.

A Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, preconiza em seu Art. 2º no Parágrafo único:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, p.1)

Quando situamos a educação como um processo de transformação e emancipação humana, percebemos quanto os valores do campo fazem parte da história dessa emancipação. Então, como a escola vai trabalhá-los? Será que irá ignorá-los? Será suficiente pegar o livro da cidade e apenas adaptá-lo? A questão mais fundamental é ir às raízes do campo e trabalhá-las, incorporá-las como uma herança coletiva que mobiliza e inspira lutas pela terra, pelos direitos, por um projeto democrático que também pede educação (ARROYO, 2004, p.80).

Enfim, a Educação do Campo não é um tema atual, é uma constante luta por oferta de uma educação digna a todas as pessoas que vivem no campo e necessitam dele para a sua sobrevivência.

Além disso, trata-se de uma luta travada nas últimas décadas que vem cada vez mais ganhado força. Todas as conquistas são resultado das lutas e conquistas da sociedade, que ganha força através de movimentos sociais comprometidos, ao longo da história, com os camponeses.

Isto deixa claro que tais trabalhadores têm direitos e produzem cultura tanto quanto os outros membros da sociedade civil.

No que diz respeito à legislação, o Movimento de Educação do Campo acumulou, a partir de suas diversas lutas (nacionais, estaduais e municipais), um conjunto importante de instrumentos legais que reconhecem e legitimam as condições necessárias para que a universalidade do direito à educação se exerça, respeitando às especificidades dos sujeitos do campo:

* Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB n° 1/2002 e Resolução CNE/CEB n° 2/2008.

* Parecer n° 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância, também homologado pela CEB;

* Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

É importante destacar que a identidade da Educação do Campo tem raízes nas lutas dos movimentos sociais para uma política de educação específica para o povo do campo; a qual se trata de reivindicação de direitos que inclui educação, trabalho e qualidade de vida, desenvolvendo a cidadania e a democracia.

A educação não deve ser um serviço de mercadoria pelo modelo capitalista, mas um direito de todos, superando as condições históricas de dominação social imposta aos homens e mulheres do campo. O educador popular deve ter dentro de si a vontade de transformar realidades e fazer com que estas comunidades possam perceber que existem possibilidades de futuro.

2.2 Escola do Campo, uma concepção popular

Inúmeros são os desafios da escola do campo por uma educação que tenha espaço para todos no campo brasileiro. A educação do campo nasce das lutas sociais por políticas que atendam os povos do campo, está inserida no contexto da Educação Popular. Por isso, seu estudo exige que se leve em consideração os pressupostos da educação popular do campo.

Todos os Movimentos sociais têm o seu caráter educativo e através deste caráter que se liga a Educação Popular e a Educação do Campo, pois de acordo com Arroyo (2006, p. 11 *apud* SILVA 2011, p.11), “os próprios movimentos se armam como educadores. Há uma pedagogia dos movimentos. Eles com sua organização, suas lutas e sua mobilização. [...] Não educam apenas seus militantes, mas toda a sociedade”. Isso acontece a partir do princípio de

que a educação não se restringe às instituições educativas, mas também ocorre onde há socialização. E é justamente nessa socialização que os movimentos se consolidam. É através destes movimentos sociais que a Educação do Campo e a Educação vêm se fundando mostrando que a educação é capaz de gerar valor em todos os lugares, inclusive no campo.

Uma referência fundamental no campo da Educação Popular é Paulo Freire; esse autor propõe uma educação determinada pelos conhecimentos teóricos que se fundamente a análise e a prática educativa em favor dos setores populares e oprimidos. É pela educação popular que os sujeitos têm um pensamento que proporciona a uma compreensão crítica que, através da prática, vivem em busca de uma sociedade igualitária.

Entende-se que, neste sentido da Educação Popular, a educação tem relação com a leitura de mundo, valores e suas maneiras próprias de produzir para uma participação social das classes populares. Gadotti (2012, P.14) afirma:

[...] um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o [...].

A educação popular se difundiu quando houve a compreensão de que educar é pelo desenvolvimento de si para com o outro. E os seus princípios, seguidos pelas experiências populares no campo da educação, compreendendo que é constituída de uma educação que se compromete e participa de uma perspectiva de direitos para o povo.

A participação e democracia pressupõem uma Educação popular, e isso é essencial na construção de conhecimentos, a partir de realidades e de saberes que transformem as vivências em recursos populares.

A prática do educador popular está ligada à política, pois expressa os conflitos e reivindica os direitos sociais das pessoas. A luta social que os sujeitos estão inseridos e na forma que eles têm compromisso com o outro, ou seja, através da sua relação com a educação, que desperta nos sujeitos o interesse de emancipação.

Freire (1987, p. 38) esclarece que “na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber”. Freire formula as bases políticas e pedagógicas para a construção de uma educação libertadora, fundamentada na teoria e prática da ação dialógica, que substitui o autoritarismo presente na escola tradicional pelo diálogo democrático nos diferentes espaços de vivências e de aprendizagens, tratados como uma educação como prática da liberdade (FREIRE, 1987).

Nessa educação, o docente tem como tarefa problematizar as vivências de mundo, criando situações que possibilitem a aprendizagem ao educando, sempre visando o diálogo

como ponte para a democracia, possibilitando diferentes espaços e visões de mundo que contribuam com a educação libertadora. Esta visão nos permite que levemos à escola do campo nosso ambiente de estudo e vivências e uma nova perspectiva que transforma as nossas práticas educativas a partir de um olhar problematizado. Moacir Gadotti afirma que:

O diálogo não é apenas uma estratégia pedagógica. É um critério de verdade. A verdade do meu ponto de vista, do meu olhar, depende do outro, da comunicação, da intercomunicação. Só o olhar do outro pode dar veracidade ao meu olhar. O diálogo com o outro não exclui o conflito. A verdade nasce da conformação do meu olhar com o olhar do outro. Nasce do diálogo-conflito com o olhar do outro. O confronto de olhares é necessário para se chegar à verdade comum. O meu conhecimento só é válido quando eu o compartilho com alguém. (GADOTTI, 2008, *apud* PINI, 2012, p. 130)

O diálogo não é um instrumento pedagógico, mas um princípio da Educação Popular, que reconhece a construção coletiva como uma forma que possibilita a humanização dos sujeitos e convive como conflito de não negar o outro, mas para reconhecer as contribuições no processo de transformação social e individual.

3. A FAMÍLIA E A COMUNIDADE COMO ESPAÇOS EDUCATIVOS

Quando falamos em educação de crianças, podemos salientar duas instituições de grande importância nesse processo: a família e a escola, ambas com objetivo único de conduzir a criança corretamente para que se torne um adulto responsável com um futuro próspero.

A Educação é dever da família e do estado, ou seja, ambos têm que contribuir para o desenvolvimento das crianças na escola, isto é, devem trabalhar em conjunto para que a criança possa obter o sucesso no espaço escolar e na sociedade.

Os pais têm um papel importante no processo de desenvolvimento da autonomia. Se eles encorajarem as iniciativas da criança, elogiarem o sucesso, derem tarefas que não excedam as capacidades da criança, forem coerentes em suas exigências e aceitarem os fracassos, estarão contribuindo para o aparecimento do sentimento de autoconfiança e autoestima. (CORIA-SABINI, 1998, p.65).

A família é muito importante para o desenvolvimento da criança assim como as comunidades escolares e ambas reconhecem o seu papel fortalece cada vez o processo educativo da criança. No contexto do campo a comunidade é um espaço privilegiado no que se refere ao processo educativo. Entendemos que se a família sempre participa ativamente do processo educativo vai favorecer para o seu cotidiano familiar também.

Historicamente, até o século XIX, havia uma separação das tarefas da família e da escola: a escola cuidava do que se chamava “instrução”, ou seja, a transmissão dos conhecimentos/conteúdos da educação formal e a família se dedicavam à educação informal, o que se podia definir como o ensinamento de valores, atitudes e hábitos.

No mundo moderno, a educação passa também a ser objeto de atenção das famílias, que, apesar de se preocuparem com a qualidade do ensino, transferem à escola competências que deveriam ser suas. Essas pessoas não veem a escola como segunda etapa da educação, mas colocam nela toda a expectativa de que as instituições de ensino serão responsáveis, integralmente, pela educação de seus filhos. E, em muitas vezes, esquecem de fazer sua parte (FREITAS, 2011, p.20).

A família e a escola interligam-se, cada qual cumprindo com o papel de educar, entendendo que cada uma tem um papel diferente da outra, mas é necessário que ambas se unam para um bom desenvolvimento dos indivíduos que precisam de um incentivo para que o conhecimento seja eficaz.

A família é o berço da formação de regras, princípios e valores, outras instituições, assim como a escola, possuem também papel muito importante nesta formação moral, que,

quando organizada de forma democrática, oportuniza aos educandos uma vivência cidadã. Dessa forma, promove o nascimento, o crescimento do respeito mútuo e o desenvolvimento da autonomia, ingrediente indispensável para formação moral (SANDI, 2008, p.34).

É dever da família, estabelecer regras, valores que contribuam com a educação humana, não apenas pedagógica, mas também que colabore com a vida de cada indivíduo, possibilitando uma formação moral e que dê oportunidade às vivências cidadãs.

Compreendemos que o papel da família na formação e nas aprendizagens das crianças e jovens é ímpar. Nenhuma escola, por melhor que seja, consegue substituir o papel da família. Por outro lado, destaca-se também que a função da escola na vida da criança tem importância peculiar. Mesmo que as famílias se esmerem em serem educadoras, o aspecto socializador do conhecimento e das relações não é adequadamente contemplado em ambientes domésticos. (PAROLIN, 2008, p.01).

Nenhuma escola consegue substituir a família, ela tem fundamental importância na formação e nas aprendizagens dos indivíduos, deixando claro também, que a importância da escola na vida das crianças é por igual, não há subestimação entre a escola e as famílias, ambas andam juntas.

Segundo Parolin (IDEM), tanto a família, quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem as suas particularidades que a diferencia da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto, ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (PAROLIN, 2003, p.99).

Esse projeto só é concretizado quando a família tiver parceria com a escola, independente das suas particularidades, mas que, diante de cada uma de suas particularidades, se aproximam uma da outra com sua metodologia específica.

Nessa perspectiva, a família tem papel de extrema relevância na aprendizagem da criança, pois está fortemente ligada ao papel da escola. Sobre isso, Zagury (2002 p.175) comenta:

Sempre se questiona o comportamento das crianças nas salas de aula, é visível quando uma criança que sempre teve um bom comportamento e em um determinado momento fica rebelde, certamente, essa criança está presenciando algo no seu âmbito familiar que venham trazer consequência na sala de aula, outra observação é quando comparamos uma criança que tem a presença maciça dos pais dentro da escola no sentido de incentivar e a criança que não tem este acompanhamento, a primeira tem um comportamento bem mais tranquilo idealizador satisfeita com suas ações enquanto a segunda vive isolado apresentando comportamentos negativos.

E é nesse sentido que vemos diferentes situações de famílias, umas que trazem consequências na vida e aprendizados dos sujeitos e outras que independente da situação o aluno consegue ter um bom desempenho e não ser incentivado pelos problemas da família.

3.1 A família

Em pleno século XXI, o conceito de família está bem diferente do que em décadas passadas. No passado, somente eram admiradas as famílias compostas por pai e mãe casados que, como resultado, tivessem filhos. Hoje, elas podem ser formadas de diversos modos, com apenas pai e filho(s), dois pais e filho(s), jovens que se amam e acabam gerando uma nova vida, e assim por diante. Atualmente, a estrutura familiar conta com novos recortes e as pessoas aceitam cada vez mais o que é diferente. Segundo Ferrari & Kaloustian (2002, p.14).

A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, é impossível identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares.

Alice Granato & Juliana de Mari (1999, p.269) comentam que:

A mudança nesse padrão tem resultado em novos e surpreendentes quebra-cabeças familiares: filhos de pais que se separam, e voltam a se casar, vão colecionando uma notável rede de meios-irmãos, meias-irmãs, avós, tios e pais adotivos.

Essas mudanças, muitas vezes, têm causado uma confusão na cabeça das crianças por não entenderem as diferentes formas de famílias devido a sua convivência e realidade. Já outras, têm aceitado a realidade por não terem referência de família tradicional.

As desigualdades têm influenciado demais na configuração da família e do papel da mulher, onde essa ainda vive sob a incumbência de prestar serviços domésticos, enquanto o homem é o responsável por prover o sustento familiar.

Entre todas as mudanças que estão ocorrendo no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais, na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família. É uma revolução, que avança de uma maneira desigual em diferentes regiões e culturas, mas que ainda encontra muitas resistências.

Como ocorre com outros aspectos no mundo em descontrolado, não sabemos ao certo qual virá a ser a relação entre vantagens e problemas. Sob certos aspectos, estas são as transformações mais difíceis e perturbadoras de todas. (GIDDENS *apud* VITALE, 2002, p.60)

Com as mudanças, sempre haverá resistências de diferentes posições que causam o novo, diante das realidades padrões. Na maioria das vezes, essas realidades que avançam na sociedade têm gerado no mundo um potencial muito significativo.

Para falar sobre família, segundo José Filho (2007, p.142) é preciso levar em conta a família vivida e não a idealizada, ou seja, aquela na qual se observam diversas formas de organização e de ligações e na qual as estratégias relacionadas à sobrevivência muitas vezes se sobrepõem aos laços de parentesco.

Precisamos dá importância à família que não é idealizada, mas sobre qual sujeito foi inserida, não pela escolha, mas pela realidade; considerando as experiências vividas por cada família, sendo que nenhum modelo supera o outro. Não se pode determinar um modelo de família específica em detrimento dos demais modelos.

Carvalho (2002 *apud* OLIVEIRA 2009, p.87) afirma que “a atenção à família se tornou periférica. Quando existente, não era ela o alvo, mas sim a mulher, o trabalhador, a criança”. Ao obter a identidade de carentes de bens e serviços e de afetos, a família se insere nos programas de assistência social. Ela defende também que:

Ambas visam dar conta da reprodução e da proteção social dos grupos que estão sob sua tutela. Se, nas comunidades tradicionais, a família se ocupava quase exclusivamente dessas funções, nas comunidades contemporâneas são compartilhadas com o Estado pela via das políticas públicas. (CARVALHO 2002 *apud* OLIVEIRA 2009, p.87).

O que podemos verificar, ultimamente, é que a família tem sido essencial e responsável pelo desenvolvimento dos cidadãos, distanciando a tese de que ela seria substituível pelo Estado.

3.2 O campo como lugar de aprendizagem

Mesmo com todo avanço da sociedade atual, ainda existem pessoas que não veem o campo como lugar de produção de conhecimentos e de aprendizagens e, até mesmo, alguns moradores do campo replicam essa visão distorcida de que não é possível ter um processo bom de ensino aprendizagem no seu lugar de origem. Muitas delas deixam o campo para cidade com a intenção de ter uma educação melhor do que teriam na zona rural.

Mas este olhar tem que ser deixado para trás, porque todas as pessoas que vivem e trabalham no campo têm direito a essa aprendizagem no local que estão inseridas, pois o campo

deve propiciar um aprendizado específico ao contexto que os educandos vivem e isso é um direito fundamental.

Os professores sempre têm que valorizar o local onde os alunos vivem para, assim, obter melhor interação dentro de sala de aula e também valorizar o lugar onde moram.

Para isso, é necessário trabalhar com metodologias de ensino que valorizem o campo. E isso pode aumentar o interesse e a atenção dos alunos. O uso dos temas geradores pode ser fundamental, pois aliam o conhecimento popular do estudante com o conhecimento científico visto na escola.

As oficinas pedagógicas também favorecem o horizonte de conhecimento dos alunos do campo. Como destaca Batista (2006, p.170):

As Oficinas Pedagógicas são entendidas como práticas educativas que promovem uma integração entre teoria e prática, proporcionam a troca entre os saberes populares, os conhecimentos científicos e as proposições políticas dos movimentos sociais, através da participação ativa e dialógica dos sujeitos envolvidos no processo. Pois, através das oficinas podem levar os alunos a reflexão dos temas abordados e também contribuindo para o lugar que eles moram a refletir as práticas por eles vivenciam no campo.

Desse modo, pode-se afirmar que oficinas pedagógicas provêm uma interação mais significativa entre os sujeitos e contribui no processo ensino aprendizagem dos alunos, quando permitem na prática as vivências do campo, levando-os a reflexão.

4 A PESQUISA

O conhecimento produzido a partir de uma investigação científica que apresenta especificidades teórico-metodológicas que devem resultar de uma minuciosa escolha. Assim, esta pesquisa desenvolvida por meio de entrevista com professores que atuam em escolas do campo, buscou compreender quais processos favorecem o fortalecimento e a participação das famílias e comunidade na escola do campo.

Buscamos, ainda, nesse trabalho, exercitar muito mais a capacidade de fazer perguntas e ensaiar possíveis reflexões, do que apresentar verdades prontas e acabadas a uma questão tão complexa como a relação família, escola e comunidade no contexto do campo, sendo este o tema desse trabalho investigativo. Afinal, como diz Boaventura (2010, p 15) “é necessário voltar à capacidade de formular perguntas simples, que só uma criança pode fazer, mas que depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade”

4.1 Processos pedagógicos que favorecem a participação das famílias e da comunidade na Escola do Campo

Para que este objetivo seja cumprido, é possível observar como os professores tem tido iniciativas e como são desenvolvidas, frente a esta relação família, escola e comunidade. Professores da escola A destacam que:

Os professores sempre estão de apoio às iniciativas da gestão em relação às palestras, desenvolvidas, procurando fazer, realizar um trabalho coletivo, junto com todos que fazem parte do âmbito escolar. (P2).

O apoio junto às iniciativas da gestão, mas procurando fazer uma sondagem com os pais para saber a necessidade de cada família. (P4 e P5).

Ajusto os planos de aula de acordo com as dificuldades encontradas. (P6).

E as duas professoras da escola B:

São desenvolvidos projetos que incluam a família e comunidade, reuniões de Pais e mestres, festividades e apresentações para a família. (P1).

Desconhece iniciativas exclusivamente dos professores. (P3).

Como foi destacado acima pelos professores entrevistados, fica evidente que na maior parte dos casos, os professores esperam iniciativas da gestão que aproximem a comunidade e família da escola, quando é o professor quem primeiro pode fazer essa ponte entre as necessidades vistas por eles em cada aluno e os pais, que tantas vezes não tem oportunidade de enxergar o que precisa ser mais trabalhado em seus filhos.

A necessidade de se construir uma relação entre escola e família, deve ser para planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola. (PICANÇO, 2012 p.15).

Isto significa que participação é uma construção, onde nas vivências e espaços sociais e culturais, estamos em um constante processo participativo.

Assim, cabe ao professor, trabalhar de forma mais unida com os pais, ajudando cada aluno a crescer no aspecto também social e cultural. Com uma contribuição mais intensa por parte dos professores, o aluno torna-se um sujeito participativo, pois eles não nascem desta forma, mas aprendem a ser de acordo com o que recebem da família, da escola e da comunidade.

Compreendemos que o educador, tem contribuído para com as iniciativas frente a esta temática, onde as professoras da instituição ‘‘A’’, destaca sua participação sendo um auxílio para a gestão escolar e uma professora da instituição ‘‘B’’, ressalta que desconhece iniciativas apenas das professoras. Percebe-se que as professoras esperam pela gestão escolar, mas, para que haja participação, todos precisam ter iniciativas.

Diante de todas estas questões levantadas, buscamos saber se o Projeto Político Pedagógico (PPP) destas instituições aborda a relação família, escola e comunidade. Todas as professoras, afirmaram que nas instituições ‘‘A’’ e ‘‘B’’ no seu Projeto Político Pedagógico é levantada a questão desta relação da família, escola e comunidade e ressaltaram que o PPP foi construído por meio da realidade da comunidade, tendo como foco o aluno, sabendo que a vida escolar depende de outros fatores, como a escola, a família e a comunidade que faz parte do desenvolvimento escolar.

A resposta acima evidencia a essa pesquisa que o esforço em unir a escola, a família e a comunidade, não se dá apenas de forma individual de cada professora, mas que existe um esforço intenso através do PPP das instituições, que são de grande importância para a valorização da presença dos pais.

Será de grande relevância para os professores, que é responsável por transmitir o conhecimento, a valorização da presença dos pais, e que consigam intensificar a participação ainda mais, da família na educação de seus filhos. Sobre isso, destaca Santos e Toniosso (2014, p.127) que ‘‘a família desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento do indivíduo, já que será a principal transmissora das condutas e valores que permearão o comportamento do ser que com ela convive’’. A família desempenha um papel fundamental para a vida da criança e as escolas precisam destacar esse aspecto já no seu PPP e buscar compreender esta importância.

Diante das questões levantadas, buscamos entender se há participação dos pais/ou comunidades no trabalho pedagógico da escola e como é realizado. Respostas das professoras das escolas A e B:

Sim, eles são presentes sempre que solicitamos sua presença na escola, reuniões e principalmente festividades. (P1, P2 e P3).

Os pais e comunidades são bastante participativos nos eventos prestigiando os trabalhos dos professores e desenvolvimento dos seus filhos no trabalho pedagógico. (P4).

Estão presentes sempre que convocados participando efetivamente na medida do possível. (P5).

Sempre que são solicitados a presença eles estão. (P6).

Como as professoras destacaram, os pais são presentes na escola sempre que são solicitados em alguma reunião e eventos que as escolas promovem, como também no acompanhamento do trabalho pedagógico dos seus filhos. É claro que eles só estão presentes quando são solicitados por algum motivo que chamem a atenção deles para a participação, mas, não parte dos Pais a necessidade de ir em busca da escola, e isto, a instituição necessita deixar evidente para os mesmos, para que eles sintam esta necessidade de se fazer presente.

Visto que existe um fácil acesso dos pais para com as iniciativas da escola, cabe a ela trabalhar para aprofundar esses encontros, buscando a valorização e a presença da família, de modo que atenda às necessidades particulares de cada uma, no que se diz respeito à educação dos filhos e naquilo que a escola pode auxiliar os pais. Dessa forma, unindo a educação escolar e a educação doméstica, as crianças terão a oportunidade de crescimento e aprendizagem intensos.

A seguir, levantamos a questão de qual a maior dificuldade para que a família e a comunidade participem efetivamente da escola. E as escolas A e B responderam que:

Infelizmente não é todos que participam, muitos por causa do trabalho que não tem como faltar (P1).

A maior dificuldade é o transporte, pois trata de zona rural, mas, eles sempre encontram maneiras de participarem das reuniões. (P2).

Há dificuldade de disponibilidade de tempo, da distância e também a ausência de transporte que os impossibilitam de ser presente na escola. (P3, P4 e P5).

Não vejo dificuldade nenhuma. (P6).

As professoras relataram que nem todos os pais são presentes e citaram algumas dificuldades que interferem na presença deles que é a vida no campo. A ausência dos pais na educação dos seus filhos tem deixado marcas na sociedade atual, uma vez que boa parte dos pais confia a educação como responsabilidade única das escolas, esquecendo-se assim, o seu papel primordial na vida dos filhos. Outra dificuldade é a falta de transporte, pois os mesmos vêm de realidade difícil em zona rural para que tenham transporte próprio, para que eles possam

participar de forma efetiva da vida escolar dos filhos, pois não é disponibilizado transporte público para que os mesmos possam participar das festividades escolares dos seus filhos.

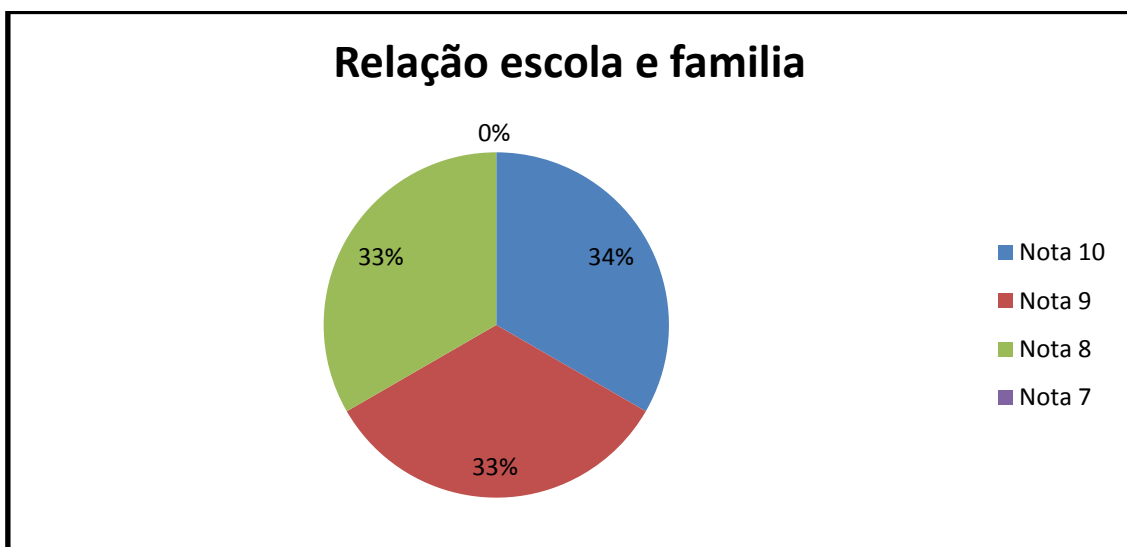
Nesse contexto, evidencia-se a necessidade dos pais em cumprir seu papel na educação e buscar maneiras de colaborar na união escola-família, mesmo diante de suas dificuldades particulares, seja a ausência de tempo (devido à profissão) seja a distância da escola, mas cabe a família, a maior interessada na aprendizagem dos filhos, buscar novas maneiras ou recursos de concretizar seu papel educativo. Sobre a educação da escola e da família, afirma Parolin:

Tanto a família, quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem as suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto, ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (PAROLIN, 2003, p.99).

Diante de todas as questões levantadas nestas entrevistas, levantamos numa escala de 0 a 10 qual número seria dado para a relação que a escola tem com as famílias e para a relação da escola com a comunidade.

A seguir, veremos dois gráficos referentes à pontuação que as professoras atribuíram.

Gráfico 1.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Gráfico 2.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No Gráfico 1, vemos que a relação que a escola tem com as famílias dos estudantes, a partir da reflexão dos docentes, é bem significativa nestas instituições de ensino, variando 67% nas notas máximas entre 9,0 e 10,0. É necessário haver um interesse tanto por parte da escola, como por parte da família em intensificar essa relação, a fim de atingir a nota máxima em 100%, dessa forma, os alunos terão uma educação eficaz, sobretudo, por poder contar com a integração da família. Pois “no ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida” (WAGNER, RIBEIRO, ARTECHE & BORNHOLDT, 1999 apud DESSEN, POLONIA, 2007, p. 23). A família é fundamental no processo ensino aprendizagem do aluno e fundamental para administrar as adversidades da vida, é preciso que ela se una à escola para um melhor desempenho.

As respostas dos professores obtidas nas entrevistas permitiram que o objetivo da pesquisa fosse cumprido em refletir sobre a relação família, escola e comunidade no contexto do campo.

No gráfico 2, temos a soma de 66% entre as notas máximas 9,0 e 10,0 na relação que a escola tem com a comunidade, percebemos que temos uma porcentagem maior entre família e comunidade, visto que é necessário buscar mecanismos ainda mais eficazes para uma melhoria desta relação citada.

Assim, a atuação dos educadores influencia não apenas as crianças e suas famílias, mas também a localidade em que a escola se insere e a sociedade como um todo. A presença

dessa instituição deve ser um diferencial positivo na comunidade, essa parceria é importante para todos.

Se a escola está inserida em uma comunidade que tem problemas sociais, por exemplo, ela precisa conhecer esse cenário para fazer, de fato, parte dele e ter participação ativa na solução das adversidades que o afligem. Com o engajamento de todos, é possível pensar ações conjuntas e conquistar melhorias para toda a comunidade. É de fundamental importância que as instituições escolares tenham uma relação com a comunidade na qual está inserida, trabalhando e almejando um mesmo objetivo: a formação do aluno.

4.2 Processos no âmbito da Gestão que favorecem a participação das Famílias e da Comunidade na Escola do Campo

Buscamos compreender se a escola tem propostas ou estratégias para aproximar-se das famílias e da comunidade e quais seriam estas propostas. As reflexões feitas por quatro professoras da escola A, ressaltaram que são feitas:

Palestras, reuniões, compartilhamentos de projetos em andamento, entre outros eventos. (P2).

Eventos, reuniões, palestras e passeios estudantis como estratégias para aproximar a escola das famílias e comunidades. (P4, P5 e P6).

Duas outras professoras da escola B responderam que:

A escola trabalha com seminários de famílias que abordam temas que chamam atenção das mesmas e esta é uma tática de trazer as famílias para a escola e tem alcançado um número significativo. (P1).

A escola tem sim propostas, seminários da família na escola, reuniões de pais e mestres e ressaltar a importância da promoção de comemorações em datas comemorativas por unir a comunidade a escola. (P3).

Observa-se que em ambas as instituições apresentadas acima, existem trabalhos dinâmicos, a partir da organização de seminários da família com temas atrativos e de interesse das mesmas. Eventos em datas comemorativas, reuniões, palestras, e passeios estudantis verificamos que a gestão tem trabalhado para unir escola família e comunidade e acredita nessa união como fonte de maior aprendizagem. Torres (2010, p.14) afirma que “a participação é o caminho pedagógico para a constituição do sujeito democrático”. Dessa forma quanto mais caminhos a gestão puder utilizar, mais concreta será a formação de cada aluno como sujeito democrático. Assim, acredita-se que a participação se faz necessária, pois a escola não

conseguirá alcançar bons resultados, sem mecanismos que contribuam com o desenvolvimento do sujeito.

Neste processo educacional, buscamos compreender quais são as iniciativas no âmbito da gestão escolar e como são desenvolvidas. Analisamos as professoras da escola A diante deste questionamento e obtivemos as seguintes respostas:

Os mesmos são desenvolvidos pela gestão escolar de acordo com as necessidades e realidade da escola e os eventos da escola para toda comunidade. (P2).

A gestão promove reuniões, palestras e passeios e os mesmos são desenvolvidos de acordo com a realidade da comunidade e as suas necessidades. (P4).

Os eventos que tem iniciativas por parte da gestão como as festividades e palestras com temas de interesse da comunidade. (P5).

A promoção por parte da gestão de reuniões que tentam solucionar problemas encontrados entre escola e comunidade. (P6)

E as professoras da escola B afirmaram que:

A gestão da escola é democrática, teve a iniciativa do seminário da família e foi articulado por todo corpo docente. (P1).

Todas as iniciativas partem da gestão e conta com o apoio da comunidade escolar para uma boa realização. (P3).

A gestão escolar de ambas as escolas, buscam que as famílias possam interagir com a escola, criando, assim, projetos que fazem com que a comunidade esteja em constante ligação com o ambiente escolar dos seus filhos para que os alunos possam desenvolver da melhor maneira possível suas habilidades, pois a família é um instrumento primordial para o desenvolvimento da criança, assim como a escola e, desta forma, estamos assegurados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Artigo 2º (BRASIL, 2017) onde diz que “a educação, é dever da família e do Estado [...]”. É perceptível que a educação tem atribuições para as famílias, como também para o estado e os gestores precisam avançar ainda mais para alcançar os melhores resultados.

Frente a estas questões, buscamos compreender o que mais motiva a participação das famílias e da comunidade na escola. Na escola A, obtivemos as seguintes respostas:

Desempenho de toda equipe dentro das realizações dos trabalhos escolares. (P2).

Ver que o trabalho desenvolvido pela comunidade escolar está sendo realizado com a participação de todos os alunos. (P4).

Eventos realizados para a família e a comunidade bem como os passeios fora do ambiente escolar e também pela confiança que os Pais e comunidade têm para com a escola. (P5).

Os resultados obtidos no desenvolvimento dos alunos. (P6).

E na escola B:

Projetos da escola, por que quando eles vão assistir os trabalhos apresentados, eles veem o desenvolvimento dos seus filhos.(P1).

Credibilidade que a instituição tem diante da comunidade. (P3).

Nesta perspectiva, as professoras pontuaram que é preciso o desempenho de todo corpo docente da instituição. Para que a participação de toda comunidade, escola e família seja eficaz, é preciso que haja uma motivação para que tenha essa presença de todos os indivíduos no ambiente escolar.

Como destaca Freire:

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um fazer educativo em si mesmo. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (FREIRE, 1991, p. 126)

Entende-se que a educação não é apenas um caminho para a transformação do mundo, mas, é de alguma forma, um caminho para mudar realidades e, desta forma, é preciso de um trabalho em conjunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações estabelecidas entre escola e família ao longo da história sempre ocupou um espaço importante no âmbito educacional, já que as duas instituições são as principais responsáveis pela formação integral do indivíduo.

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas feitas com seis professoras de escolas da rede municipal de ensino da cidade de Sapé-PB, tanto a escola como a família e a comunidade são agentes de socialização e tentam cumprir esse papel. Contudo, não aparecem nos depoimentos, estratégias específicas que considerem o contexto do campo.

As professoras entrevistadas têm conhecimento das ausências dos pais e comunidade, buscando, assim, inseri-los nos projetos e eventos da instituição. Contudo, ainda é preciso mais mecanismos para que haja essa aproximação da família, escola e comunidade.

Sendo assim, cabe às duas instituições auxiliar o indivíduo no seu processo de desenvolvimento, sendo que um ambiente saudável, cercado de incentivos e boas relações, tende a fazer com que o aprendizado da criança seja positivo. Dessa forma, escola e família devem estabelecer relações de colaboração, em que a família possa agir como potencializadora do trabalho realizado pela escola, de forma a incentivar, acompanhar e auxiliar a criança em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a escola realize uma prática pedagógica que contribua na formação do ser crítico, e que valorize a participação ativa dos pais no processo educativo, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Educação do campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. **Ciência & Trópico**, v. 34, n. 2, 2010.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Os movimentos sociais cultivando uma educação popular do campo. **Reunião anual da ANPEd**, v. 29, p. 17, 2006.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier, organizadora. **Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo: pesquisa e práticas educativas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso: 05/03/2019.
- _____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso: 03/03/2019.
- _____. **Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica**. Resolução CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.
- FERRARI, Mario; KALOUSTIAN, Silvio. **Família brasileira a base de tudo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**, v. 18, n. 2, 2012.
- GARCIA, J. F. & MARIOTINI, S.D. O Papel da Família, da Escola e da Comunidade no Fracasso Escolar. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro SP, 4. 2017
- JARDIM, Ana Paula *et al.* **Relação entre família e escola: proposta de ação no processo ensino-aprendizagem**. 2006.
- LEAL, Tayane Soares. **Relação família x escola e a dificuldade de aprendizagem do aluno**. 2016.
- MENEZES, Ana Célia Silva. **Educação do Campo no semiárido: o currículo na perspectiva da contextualização e da organização social**. Dissertação (Mestrado em). UFPB, 2012
- RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz. BONFIM, Hanslilian Correia Cruz. **A Educação Do Campo e seus aspectos legais**. PUCPR, 2017.
- _____. **Educação do Campo no semiárido como política pública: um desafio à articulação local dos Movimentos Sociais** Tese (Doutorado em) UFPB, 2017.
- OLIVEIRA, Mary Carneiro Paiva. Educação do campo: concepção, contribuições e contradições. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 140, p. 43-52, 2013.
- OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **A Família Contemporânea**. SciELO-Editora UNESP, 2009.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo. In: **Proceedings of the 4th. Congresso Internacional de Pedagogia Social IV Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2012.

PICANÇO, Ana Luísa Bibe. **A Relação Entre Escola e Família**– As Suas Implicações no Processo de Ensino Aprendizagem. Lisboa, 2012

SABOURIN, Eric. **Será que existem camponeses no Brasil?**. 2009

SILVA, Suely. **O Movimento de Educação do/no Campo Pressupostos Fundamentais**. v12, n2_2011.

WAGNER, Adriana et al. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 181-186, 2005.

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Identificação

Sexo masculino () Feminino ()

Quanto tempo é professor nessa escola? _____

Questões

1. A ESCOLA TEM PROPOSTAS OU ESTRATÉGIAS PARA APROXIMAR-SE DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE? QUAIS?
2. QUAIS INICIATIVAS SÃO DO AMBITO DA GESTÃO DA ESCOLA? COMO SÃO DESENVOLVIDAS?
3. QUAIS INICIATIVAS SÃO DOS PROFESSORES? COMO SÃO DESENVOLVIDAS?
4. O PPP DA ESCOLA ABORDA A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA E COMUNIDADE?
5. HÁ PARTICIPAÇÃO DOS PAIS/OU DA COMUNIDADE NO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA? COMO?
6. NA SUA OPINIÃO, QUAL A MAIOR DIFICULDADE PARA QUE A FAMÍLIA E A COMUNIDADE PARTICIPEM EFETIVAMENTE DA ESCOLA?
7. O QUE MAIS MOTIVA A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS E DA COMUNIDADE NA ESCOLA?
8. NUMA ESCALA DE 0 A 10 QUAL NÚMERO ATRIBUI:
 - a) À RELAÇÃO QUE A ESCOLA TEM COM AS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES?

 - b) E COM A COMUNIDADE? _____